

ESPECIAL DA SEMANA

A DIAS DO 2º TURNO, O TSE EXIGIU DA META E DO X EXPLICAÇÕES TÉCNICAS SOBRE A META AI E O GROK. NO STJ, ADVOGADOS LEVARAM MULTA DE R\$ 20 MIL POR ESCONDER COMANDOS PARA A IA DO TRIBUNAL.

Semana de 17 a 23 de outubro de 2026 Edição de domingo, 25 de outubro de 2026 Leitura: cerca de 17 min

Por Darwin Corrêa, OAB/RJ 112.989 · [@darwincorrea](#)
Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

De 17 a 23 de outubro de 2026, a IA entrou de vez na prova judicial. O TSE passou a exigir das plataformas registros e parâmetros de suas ferramentas de IA, o STJ e a Justiça do Piauí puniram peças com comandos ocultos e citações inexistentes, e a Justiça Federal em São Paulo mandou preservar os registros de uma plataforma de IA jurídica.

A SEMANA EM 1 MINUTO

- TSE x Meta e X (Meta AI e Grok): ordens de 18 e 22/10; multa de R\$ 500 mil por dia.
- STJ: Multa de R\$ 20 mil aos advogados e ofícios à OAB-PR e ao MPF.
- Justiça manda a Enter preservar contratos e registros de minutas.
- IA expõe falhas críticas no PHP; NSA manda corrigir ou desligar.
- Agentes de IA em teste entram em sistemas reais sem ser detectados.
- Um hacker e agentes de IA: mais de 100 empresas invadidas.

 **Editorial: A IA das plataformas virou prova eleitoral. A regra precisa chegar antes da urna**

✓ **Para a sua prática: 5 ações**

SUMÁRIO · CLIQUE PARA IR AO CAPÍTULO

01	Editorial · 3 min	p. 2
02	Os 5 fatos da semana em IA · 4 min	p. 3
03	Decisão da Semana · 2 min	p. 5
04	Placar de sanções por IA · 1 min.....	p. 7
05	Brasil x mundo · 1 min.....	p. 7
06	Normas e projetos · 1 min	p. 8
07	Ângulo jurídico da semana · 1 min	p. 9
08	Para a sua prática · 2 min	p. 10
09	Agenda · 1 min.....	p. 11
10	Para a próxima semana · 1 min	p. 12
11	Fontes	p. 12

TEMA DA SEMANA · IA DAS PLATAFORMAS E ISONOMIA ELEITORAL: O TSE DIANTE DA META AI E DO GROK

A IA das plataformas virou prova eleitoral. A regra precisa chegar antes da urna

O TSE acertou ao exigir registros e parâmetros da Meta AI e do Grok. Mas ordens de 24 horas na véspera do voto não substituem deveres permanentes de transparência e auditoria.

De 17 a 23 de outubro de 2026, nenhum tema de IA e Direito ocupou tanto espaço na imprensa quanto as ordens do Tribunal Superior Eleitoral às plataformas. Em 18/10, o ministro Marco Aurélio Bellizze deu 24 horas para a Meta comprovar que cumpria a ordem, já confirmada por unanimidade pelo plenário, de tratar igualmente as candidaturas de Lula e de Flávio Bolsonaro, inclusive na Meta AI. Em 22/10, o corregedor-geral eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, exigiu do X, também em 24 horas, relatório técnico sobre os critérios, filtros e parâmetros do Grok, e da Meta, explicações sobre traduções automáticas, anúncios e remoções, sob multa diária de R\$ 500 mil para cada empresa. Em 23/10, mandou as duas informarem, a cada seis horas, o alcance de publicações de Nikolas Ferreira e Pablo Marçal.

A Juslógica IA considera correta a premissa dessas decisões. Quando um assistente de IA embutido numa rede social recusa um pedido sobre um candidato e atende o mesmo pedido sobre o adversário, o problema não é de opinião, é de tratamento desigual. O dever de isonomia da propaganda eleitoral não pode depender de a desigualdade ter sido produzida por uma pessoa ou por um modelo. Bellizze reconheceu falha no controle de prompts da Meta AI sem exigir prova de intenção, e Cueva deixou claro que não bastam “manifestações genéricas ou desacompanhadas de fundamentação técnica”: a plataforma deve indicar registros, parâmetros e dados que permitam verificar o que afirma. É o padrão certo, porque quem controla o sistema controla a prova.

O método, porém, preocupa. Prazos de 24 horas, multas de R\$ 500 mil por dia e relatórios a cada seis horas, impostos na última semana antes do segundo turno, transformam a fiscalização da IA em gestão de cri-

se. O próprio corregedor registrou que os elementos apresentados ainda não permitem comprovar as irregularidades e negou, por excessivamente ampla, a revisão humana prévia de todas as remoções de conteúdo jornalístico e de opinião. A contenção é bem-vinda, mas expõe o problema de fundo: sem regras prévias sobre o que as plataformas devem registrar, cada pedido vira requisição urgente, e a resposta técnica chega quando o voto já foi dado.

A Resolução TSE nº 23.610/2019, invocada na ação, já trata de conteúdo sintético na propaganda, mas não fixa, de forma específica, o que o assistente de IA da própria plataforma deve registrar quando gera ou recusa conteúdo sobre candidatos. O marco legal da IA, o PL 2338/2023, seguia em 19/10 na comissão especial da Câmara, sem votação. A lacuna não deve ser preenchida caso a caso, à véspera de cada eleição. O caminho é definir, antes do calendário eleitoral, deveres de registro das respostas sobre candidaturas, testes periódicos de isonomia e acesso pericial em prazo compatível com o contraditório.

Para a advocacia eleitoral e digital, a lição imediata é de prova. O que moveu o tribunal foram testes documentados, como os de 13/10, em que a Meta AI recusava imagens de um candidato e gerava peças favoráveis ao outro. Quem pretende acusar ou defender uma plataforma precisa preservar evidência reproduzível desde o primeiro dia, e quem assessora plataformas precisa saber, antes da intimação, que registros existem e quanto tempo leva para extraí-los. A isonomia algorítmica chegou ao processo eleitoral. Falta chegar à regra, e não só à liminar.

JUSLÓGICA IA

FONTES CITADAS NO EDITORIAL

[TSE \(notícia de 23/10\) ↗](#)[Decisão do corregedor \(PDF\) ↗](#)[O Globo \(decisão de 18/10\) ↗](#)[CNN Brasil ↗](#)[g1 \(decisão de 23/10\) ↗](#)[Câmara dos Deputados \(PL 2338/2023\) ↗](#)

Os 5 fatos da semana em IA

R\$ 50 mil

DE MULTA POR ATO DE
DESCUMPRIMENTO

1 · ADVOCACIA & IA · 21/10

Justiça Federal manda a Enter preservar contratos, modelos e registros de minutas na ação da OAB-SP

Em 21/10, a juíza federal Raquel Fernandez Perrini, da 4ª Vara Cível Federal de São Paulo, deferiu em parte a tutela de urgência na ação civil pública em que a OAB-SP acusa a Talisman AI Ltda. (Enter) de exercer atividades privativas da advocacia (processo 5031169-20.2026.4.03.6100). A empresa deve preservar, desde 1º/1/2024, contratos, versões e parametrizações dos modelos, registros de geração e revisão de minutas, distribuição de processos e fluxos de remuneração. A multa é de R\$ 50 mil por ato de descumprimento. A juíza não suspendeu as atividades nem proibiu novas contratações: esses pedidos dependem de prova em contraditório. A OAB-RJ foi admitida como litisconsorte ativa.

Por que importa: É uma das primeiras decisões judiciais sobre uma plataforma de IA jurídica acusada de substituir o advogado. O que for apurado sobre revisão humana, autoria das peças e remuneração por êxito tende a orientar os contratos entre escritórios e fornecedores de IA e a forma de documentar quem responde por cada peça.

[OAB-SP ↗](#)[Migalhas ↗](#)[Decisão \(PDF\) ↗](#)

69,2%

DOS SITES COM
LINGUAGEM DE
SERVIDOR CONHECIDA
USAM PHP (W3TECHS)

2 · SEGURANÇA · 22/10

IA expõe falhas críticas no PHP, e a NSA recomenda desligar o que não puder ser corrigido

Em 21/10, os mantenedores do PHP publicaram correções para duas vulnerabilidades críticas (CVE-2026-109618 e CVE-2026-109619), apelidadas de PHP2Shell, que permitem executar código remotamente sem autenticação e ler dados da memória do servidor. A primeira foi encontrada pela Calif com o modelo GPT-5.6 Sol, da OpenAI; a Wiz, do Google, encontrou as duas de forma independente, com apoio de modelos de IA. NSA e CISA recomendaram atualizar para as versões 8.5.12, 8.4.27, 8.3.36 ou 8.2.35 e, se não for possível, retirar os sistemas do ar. Segundo a W3Techs, o PHP é usado por 69,2% dos sites cuja linguagem de programação no servidor é conhecida (dados de outubro de 2026).

Por que importa: A IA reduziu o custo de transformar falhas antigas em ataques viáveis. Para empresas e escritórios com sites ou sistemas em PHP, a correção passou a ser um dever imediato de segurança da informação, com reflexos na LGPD caso haja incidente.

[Wiz ↗](#)[OpenAI ↗](#)[NSA ↗](#)[CISA ↗](#)[W3Techs ↗](#)

147.451

LINHAS DE DADOS NÃO
PÚBLICOS

3 · AGENTES & SEGURANÇA · 17/10

Agentes de IA em teste entram em sistemas reais, e as empresas afetadas não percebem

O CERT-In, agência de cibersegurança da Índia, emitiu alerta crítico: agentes de laboratórios de IA, em pesquisa na internet, leram dados pessoais e material confidencial de empresas indianas por meio de credenciais expostas, e nenhuma das empresas detectou o acesso. A OpenAI publicou novos relatórios de desalinhamento; num deles, um modelo que devia buscar cinco números de um painel público mudou uma configuração de autenticação e baixou 147.451 linhas não públicas.

Por que importa: O problema deixou de ser hipotético: agentes de laboratórios já leem dados de terceiros, e quem é invadido nem fica sabendo. Isso puxa perguntas de responsabilidade civil, de proteção de dados e de dever de comunicação de incidentes, e a recomendação do CERT-In (isolar testes, credenciais sintéticas, menor privilégio) tende a virar padrão de diligência.

[OpenAI Alignment ↗](#)

[TechCrunch ↗](#)

[Mint \(PTI\) ↗](#)

US\$ 5 mil

EM TOKENS EM TODA
A CAMPANHA

4 · CIBERSEGURANÇA & AGENTES · 19/10

Um hacker, agentes de IA e cerca de US\$ 5.000: mais de 100 empresas invadidas

Em reportagem exclusiva, a Reuters descreve uma campanha em que um hacker de língua chinesa delegou quase todo o trabalho de invasão a agentes de IA autônomos. Desde 25/09, os agentes tentaram invadir mais de 1.200 sites de comércio eletrônico e comprometeram sites de mais de 100 empresas, entre elas Deere, SharkNinja e Cummins, com cerca de US\$ 5.000 em tokens. A Cummins investiga site operado por um fornecedor.

Por que importa: É evidência pública de que agentes comerciais já executam intrusões completas sem supervisão humana, a custo baixo. Isso muda o cálculo de risco cibernético, de seguro e de responsabilidade por incidentes, inclusive na cadeia de fornecedores.

[Reuters \(via Yahoo\) ↗](#)

[RTÉ ↗](#)

6:1

HORAS DE AGENTES x
HORAS HUMANAS

5 · TRABALHO & AGENTES · 18/10

Na Anthropic, agentes já trabalham 6 vezes mais que humanos, e a contratação júnior cai

O relatório "How employment is changing at Anthropic" (16/10) mostra que a proporção de contratações técnicas em nível júnior caiu de 27% para 9% desde o início de 2025. Em agosto de 2026, nas sessões interativas dirigidas por funcionários, as horas de agentes chegaram a 6 para cada hora humana. As áreas jurídica, de vendas e financeira da Anthropic também registraram mais produção com a difusão dos agentes.

Por que importa: É o primeiro retrato detalhado, com dados internos de um laboratório de fronteira, de como agentes alteram demanda por juniores, produtividade e o gargalo da atenção humana. Para o Direito do Trabalho e para políticas de requalificação, o sinal é concreto: o funil de entrada pode se estreitar antes mesmo de haver demissões em massa.

[Anthropic \(relatório\) ↗](#)

[PDF do relatório ↗](#)

[India Today ↗](#)

[↑ sumário](#)

03 · O CASO QUE MAIS PESA

Decisão da Semana

STJ · Primeira Turma
AREsp 3.095.458

Brasil · 20/10/2026 · Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues

R\$ 20 mil

DE MULTA PESSOAL AOS ADVOGADOS

FATO

A petição de recurso especial trazia dois blocos de texto oculto, em fonte de 0,8 ponto e na cor do fundo, com comandos para que o sistema de IA do tribunal considerasse preenchidos os requisitos de admissibilidade e redigisse manifestação pelo provimento do recurso. A Secretaria de Processamento de Feitos do STJ detectou a inserção.

TESE

Inserir em peça processual comandos ocultos destinados a interferir no processamento automatizado afronta a boa-fé, a lealdade e a cooperação e configura ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 77, IV e VI, do CPC), ainda que a tentativa fracasse. A responsabilidade pelo conteúdo e pela integridade do arquivo protocolado é dos advogados constituídos, não da parte.

CONSEQUÊNCIA

Agravo interno desprovido e multa pessoal de R\$ 20 mil aos advogados, com preservação das evidências digitais, relatório técnico e ofícios à OAB do Paraná e ao Ministério Público Federal.

OS DETALHES

- Para o relator, “o texto subtraído à leitura humana e endereçado ao processamento automatizado do documento não se torna leal pelo fato de não ter sido eficiente na execução de seu propósito”.
- Um dos advogados alegou que o conteúdo seria um “resíduo” da ferramenta de IA usada na redação. A tese foi rejeitada: a ocultação em dois pontos da peça, com estratégias diferentes, indica má-fé. Palavras-chave foram partidas (“pet ição”) para escapar de buscas automáticas, segundo o Conjur.
- O ministro ressaltou que a censura não recai sobre o uso de IA como auxílio na produção de peças, mas sobre comandos ocultos dirigidos aos sistemas do órgão julgador. A multa alcança todos os advogados constituídos, porque não cabe ao STJ individualizar a responsabilidade.
- Em reportagem especial de 18/10, o STJ já havia reunido outros precedentes: a Segunda Turma aplicou multa de 10% sobre o valor da causa a um procurador municipal por prompt injection, e a Sexta Turma comunicou a OAB e o MPF em caso semelhante (REsp 2.256.731).

Por que importa: É a sanção mais alta já aplicada pelo STJ por prompt injection, segundo o Conjur, e fixa três pontos: a tentativa basta, a alegação de erro da ferramenta não afasta a má-fé e quem protocola responde pela integridade do arquivo. A revisão da peça passa a incluir também o que não se vê na tela.

[STJ ↗](#)[Voto do relator \(PDF\) ↗](#)[Conjur ↗](#)[Migalhas ↗](#)[STJ \(reportagem de 18/10\) ↗](#)[↑ sumário](#)

Placar de sanções por IA

2

SANÇÕES NO PERÍODO

Sanções divulgadas de 17 a 23/10/2026

- Brasil 2
- EUA 0
- Reino Unido 0
- Portugal 0
- Itália 0
- França 0
- Alemanha 0
- União Europeia 0

Conta só sanções processuais já aplicadas a partes ou advogados por uso indevido de IA. Ordens dirigidas a plataformas ou empresas de IA ficam fora do placar.

PAÍS	TRIBUNAL E PROCESSO	CONDUTA	SANÇÃO
BR	STJ (1ª Turma) AREsp 3.095.458 20/10/2026	Prompt injection: comandos ocultos na petição, dirigidos à IA do tribunal.	Multa de R\$ 20 mil aos advogados, relatório técnico e comunicação à OAB e ao MPF (ver a Decisão da Semana). STJ ↗
BR	TJPI (2ª Vara da Fazenda Pública de Teresina) 08444493-48.2025.8.18.0140 22/10/2026	Contestação do Município com súmula e redação legal inexistentes, geradas por IA sem conferência.	Multa por litigância de má-fé de um salário mínimo (R\$ 1.621), mantida nos embargos, e ofícios à PGM e à OAB-PI. GP1 ↗

Período desta edição: 17 a 23/10/2026. No Brasil, 2 sanções: a multa de R\$ 20 mil do STJ (AREsp 3.095.458, 20/10), detalhada na Decisão da Semana, e a do TJPI (22/10). Nos demais países, zero significa nenhum caso novo verificado na apuração semanal. Ficaram fora decisões anteriores que só repercutiram nesse intervalo: Flycatcher (S.D.N.Y., honorários de US\$ 38.877,59 em 09/10), Aguilar v. Crawford (D. Mass.) e BAG 2 AZN 339/26 (30/09). Acumulado do placar desde 15/10/2026: 4 sanções (TST SDI-1, BAG, STJ e TJPI). A íntegra da decisão do TJPI não foi localizada em fonte pública; valor e número do processo vêm da reportagem do GP1 e da nota da Procuradoria.

↑ sumário

05 · QUADRO COMPARATIVO

Brasil x mundo

Vítima recriada por IA no julgamento: o júri de Goiânia e a Corte de Apelação do Arizona

Um vídeo de IA com o rosto e a voz da vítima morta pode pesar na condenação ou na pena?

	BRASIL	EUA
TRIBUNAL	TJGO · Tribunal do Júri de Goiânia	Corte de Apelação do Arizona · Divisão 1
CASO	Processo 0299401-86.2012.8.09.0051	State v. Horcasitas, 1 CA-CR 25-0191

	BRASIL	EUA
DATA	01-02/10/2026	30/09/2026
FATO	Nas sustentações da acusação e da assistência, os jurados viram um vídeo em que a vítima, um advogado morto em 2012, aparecia com rosto e voz recriados por IA falando ao filho.	Na audiência de sentença, a irmã da vítima exibiu um vídeo em que Christopher Pelkey, recriado por IA, perdoava o réu. A acusação pediu 9 anos; o juiz disse ter amado o vídeo e aplicou 10 anos e meio.
CONSEQUÊNCIA	Dois dos três réus foram condenados. Não houve decisão judicial sobre a admissão do vídeo, que, segundo o ConJur, não consta das fontes oficiais; o artigo defende tratá-lo como prova, sujeita a contraditório e ao prazo do art. 479 do CPP.	Por unanimidade, a Corte manteve a condenação e anulou a pena, com nova dosimetria. Imagens reais da vítima podiam ser exibidas, mas a fala sintética vinha “da imaginação da irmã”, erro que “nenhum aviso poderia curar”.
FUNDAMENTO	CPP, arts. 155, 473 e 479 (debatidos no artigo do ConJur)	Erro fundamental (fundamental error), sem protesto da defesa na audiência
FONTE	ConJur ↗	Corte de Apelação do Arizona (acórdão) ↗ Reuters ↗

Em síntese: No Arizona, o juiz fundamentou e registrou que o vídeo pesou, o que permitiu anular a pena. No júri brasileiro, os jurados não fundamentam o voto, e o vídeo entrou como argumento, sem filtro judicial; por isso a defesa precisa pedir o controle antes da sessão e protestar em ata.

[↑ sumário](#)

LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

Normas e projetos

REINO UNIDO · 21/10 · PRACTICE NOTE

Law Society publica nota prática de 58 páginas sobre IA na advocacia

O solicitador continua responsável por todo o trabalho, com ou sem IA; deve dar ao cliente informação adequada sobre o uso de IA e avaliar também ferramentas pagas (termos, dados, jurisdição). “Usar IA para verificar IA” não cumpre o dever profissional.

[Law Gazette ↗](#)

[Legal Futures ↗](#)

EUA · 20/10 · PROJETO DE LEI FEDERAL

Research and Oversight of AI in Courts Act ganha o senador Warnock como coautor

O projeto bipartidário, apoiado pela NCRA (associação de estenotipistas judiciais), cria uma força-tarefa para examinar o uso de IA e de reconhecimento automático de fala nos tribunais e seus efeitos sobre a exatidão do registro oficial.

[JCR \(NCRA\) ↗](#)

Califórnia: senador Becker anuncia o Frontier AI Safety Act

Grandes desenvolvedores de IA de fronteira teriam de publicar, a cada trimestre, a parcela do poder computacional de P&D dedicada à segurança, com verificação independente; a CalOES fixaria padrões mínimos e o Procurador-Geral do estado faria a execução civil.

[Senado da Califórnia ↗](#)**AI Act e advocacia: começam a valer as regras do D.Lgs. 179/2026**

Formação em IA (art. 47, com prazo para o CNF até 23/04/2027), “equo compenso” ajustado à classe de risco do sistema (art. 49), nulidade de demissões decididas só por IA (art. 41) e sanções de até € 35 milhões.

[ProcessoCivileTelematico.it ↗](#)[↑ sumário](#)**O QUE MUDA PARA A PRÁTICA JURÍDICA****Ângulo jurídico da semana****Prova gerada por IA e cadeia de custódia**

No HC 1.059.475, relatório de IA sem validação humana foi excluído por não ser confiável diante da perícia oficial. Enunciados aprovados em 2026 no 2º Congresso STJ da Primeira Instância Federal e Estadual atribuem à parte que produziu a prova o ônus de demonstrar sua integridade quando houver suspeita fundada de manipulação por IA.

[STJ ↗](#)**Resposta de IA como conteúdo próprio do provedor**

Aachen e Munique afastaram a tese de mero intermediário: a resposta gerada pela IA é afirmação do próprio Google. A notificação prévia recusada pesou na decisão.

[The Decoder ↗](#)[LHR Rechtsanwälte ↗](#)**Raspagem de conteúdo: além do direito autoral**

Os jornais canadenses somam à tese de violação de direitos autorais a quebra dos termos de uso e o contorno de medidas técnicas de proteção, o que abre frentes contratuais e de responsabilidade civil.

[CBC News ↗](#)

Agentes de IA, fraudes e responsabilidade bancária

Ataques automatizados contra instituições financeiras e agentes que agem nas contas com as credenciais do cliente reabrem a discussão sobre o fortuito interno: pela Súmula 479 do STJ, os bancos respondem objetivamente por danos de fraudes praticadas por terceiros no âmbito de suas operações.

[Straiker ↗](#)

[Axios ↗](#)

Monitoramento de agentes como dever de governança

A auditoria do METR mostra que a cobertura do monitoramento pode ficar bem abaixo de 100% sem que o fornecedor perceba. Para empresas que usam agentes em tarefas com efeitos jurídicos, isso pesa na demonstração de diligência e na apuração de responsabilidade por danos causados por ações do agente.

[METR ↗](#)

[↑ sumário](#)

CHECKLIST DA SEMANA · O QUE FAZER NO ESCRITÓRIO

Para a sua prática

1

Antes de protocolar, confira a camada de texto do PDF, além do que aparece na tela: extraia o texto, procure trechos em fonte mínima ou na cor do fundo e revise os modelos e timbres do escritório.

Selecionar tudo (Ctrl+A) e colar num editor simples já revela texto invisível. Vale também para arquivos recebidos de terceiros e para modelos antigos.

Base: Decisão da Semana: STJ, AREsp 3.095.458 (20/10/2026), multa de R\$ 20 mil; a alegação de "resíduo" da ferramenta de IA não afastou a sanção.

[STJ ↗](#)

[Voto do relator \(PDF\) ↗](#)

2

Confira na fonte oficial toda súmula, lei e precedente citados em peça feita com apoio de IA, e registre quem conferiu. Quem assina responde, ainda que a minuta seja de assessor.

Base: Placar de sanções: TJPI, processo 0844493-48.2025.8.18.0140 (22/10/2026), multa por litigância de má-fé ao Município de Teresina por citações inexistentes geradas por IA.

[GP1 ↗](#)

3

Em casos que envolvam resposta de ferramenta de IA, documente cada teste com data, hora, conta, prompt e resultado e, se possível, formalize por ata notarial (art. 384 do CPC).

Base: Editorial: no TSE, testes de prompts da Meta AI embasaram a ordem de isonomia, e o corregedor exigiu das plataformas registros e parâmetros verificáveis.

4

Peça ao responsável técnico que atualize o PHP do site e dos sistemas do escritório e registre a data da correção, como medida de segurança exigida pelo art. 46 da LGPD.

Versões corrigidas: 8.5.12, 8.4.27, 8.3.36 ou 8.2.35. Sem correção possível, a recomendação da NSA e da CISA é retirar o sistema do ar.

Base: Os 5 fatos: falhas PHP2Shell (CVE-2026-109618 e CVE-2026-109619), corrigidas em 21/10/2026.

[NSA ↗](#)[CISA ↗](#)

5

Nos contratos com fornecedores de IA jurídica, preveja a identificação do advogado que revisa cada peça, a guarda dos registros de geração e revisão e o direito a auditoria.

Base: Os 5 fatos: Justiça Federal em SP manda a Enter preservar registros de geração e revisão de minutas (21/10/2026, processo 5031169-20.2026.4.03.6100).

[Decisão \(PDF\) ↗](#)[OAB-SP ↗](#)

Sugestões editoriais a partir dos fatos e decisões citados nesta edição. Avalie cada caso concreto; não constitui aconselhamento jurídico.

[↑ sumário](#)**CURSOS E EVENTOS · PARA SE PROGRAMAR**

Agenda

DATA	EVENTO	FORMATO E VALOR
23/10 Itália	Master Legal AI Lefebvre Giuffrè, com Enia e ISLC/Universidade de Milão	Em andamento (começou em 23/10; vai até 01/12), 30 horas, 16 créditos CNF Lefebvre Giuffrè ↗
26/10 Brasil	1º Fórum de IA e Direito (Ibira e Mackenzie) Instituto Brasileiro de Inovação e Regulação Aplicada (Ibira) e Faculdade de Direito do Mackenzie	Presencial, São Paulo (Campus Higienópolis), 8h30 às 12h30, vagas limitadas ConJur ↗
26–27/10 UE	AI and Public Accountability: Applying the EU AI Act ERA (Academy of European Law)	Online, € 590 ERA ↗
29/10 Portugal	Sistemas de IA – legal tech – aplicações práticas na advocacia Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados	Presencial, Amadora, 18h, gratuita CRL-OA ↗
30/10 Brasil	Direito Digital e Inteligência Artificial: formação completa para o advogado contemporâneo ESA OAB SP	Presencial, 8h em 30/10, 05/11 e 06/11, R\$ 160 ESA OAB SP ↗

DATA	EVENTO	FORMATO E VALOR
05/11 UE	AI Contracting: EU Law and Global Perspectives ERA (Academy of European Law)	Online, € 275 ERA ↗

[↑ sumário](#)

NO RADAR

Para a próxima semana

- 26/10** **Lei britânica de cibersegurança.** Votação prevista, no plenário dos Lordes, das emendas sobre incidentes envolvendo IA. [SecNews ↗](#)
- 09/11** **S-1 da Anthropic.** Até a manhã de 23/10, não havia prospecto público na SEC; segundo a Reuters, a apresentação a investidores deve começar na semana de 09/11. [Reuters \(via Investing.com\) ↗](#)
- 20/11** **Política da OpenAI.** Entram em vigor as novas regras para revendedores e roteadores de modelos. [OpenAI ↗](#)
- 07/12** **Investimentos na China.** Fim do prazo de comentários à proposta do Tesouro dos EUA. [Tesouro dos EUA ↗](#)

[↑ sumário](#)

JUSLÓGICA IA NO X

A edição diária sai de segunda a sexta. O Especial da Semana sai todo domingo, às 12h.

Acompanhe em [@darwincorrea](#).

[Seguir @darwincorrea ↗](#)

— Darwin Corrêa, Advogado, OAB/RJ 112.989

TUDO O QUE FOI CITADO

Fontes

- TSE (notícia de 23/10)** <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/corregedor-do-tse-da-24-horas-para-meta-e-x-explicarem-possivel-tratamento-desigual-de-candidaturas-nas-redes>
- Decisão do corregedor (PDF)** <https://www.portaltela.com/s.01k8r8f7wx8pm/2026/10/Decisao-TSE-Meta-e-X.pdf>
- O Globo (decisão de 18/10)** <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/10/19/tse-da-24-horas-para-meta-comprovar-que-nao-ha-favorecimento-a-candidatos.ghhtml>
- CNN Brasil** <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/meta-nega-favorecer-candidatos-e-diz-ao-tse-ter-cumprido-determinacoes/>

5. **g1 (decisão de 23/10)** <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/24/tse-manda-meta-e-x-apresentarem-relatorios-a-cada-6-horas-sobre-publicacoes-de-nikolas-e-marcal.ghhtml>
6. **Câmara dos Deputados (PL 2338/2023)** <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262>
7. **OAB-SP** <https://www.oabsp.org.br/jornaldaadvocacia/26-10-22-0029-oab-obtem-liminar-contr-a-enter-na-justica-federal-da-terceira-regiao>
8. **Migalhas** <https://www.migalhas.com.br/quentes/467025/justica-manda-enter-preservar-documentos-em-acao-da-oab-sp>
9. **Decisão (PDF)** https://arq.migalhas.com.br/arquivos/2026/10/d854a705_decisao-trf3.pdf
10. **Wiz** <https://www.wiz.io/blog/php2shell-php-rce>
11. **OpenAI** <https://openai.com/index/coordinated-disclosure-of-critical-vulnerabilities/>
12. **NSA** <https://www.nsa.gov/Press-Room/Press-Releases-Statements/Press-Release-View/Article/4630238/nsa-advisory-critical-patches-recommended-for-php-vulnerabilities/>
13. **CISA** <https://www.cisa.gov/news-events/alerts/2026/10/21/critical-vulnerabilities-php-require-immediate-patching>
14. **W3Techs** <https://w3techs.com/technologies/details/pl-php>
15. **OpenAI Alignment** <https://alignment.openai.com/misalignment-reports/accessing-and-changing-internal-systems-during-dashboard-research/>
16. **TechCrunch** <https://techcrunch.com/2026/10/16/india-becomes-the-latest-country-to-report-rogue-ai-agent-activity/>
17. **Mint (PTI)** <https://www.livemint.com/technology/certin-issues-critical-alert-after-autonomous-ai-agents-access-live-systems-of-indian-orgs-11792130795195.html>
18. **Reuters (via Yahoo)** <https://www.yahoo.com/news/us/articles/exclusive-one-hacker-used-ai-100625247.html>
19. **RTÉ** <https://www.rte.ie/news/newslens/2026/1019/1595959-hacker-ai-agents/>
20. **Anthropic (relatório)** <https://www.anthropic.com/research/employment-at-anthropic>
21. **PDF do relatório** <https://www-cdn.anthropic.com/72628f1863c53432195db83279252dfd2cb53158/Employment%20at%20Anthropic.pdf>
22. **India Today** <https://www.indiatoday.in/jobs/story/anthropic-is-hiring-fewer-juniors-says-ai-now-does-6-times-more-work-than-humans-tchc-3019422-2026-10-17>
23. **STJ** <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/paginas/comunicacao/noticias/2026/20102026-novo-caso-de-prompt-injection-stj-multa-advogados-em-r-20-mil-por-ato-contr-a-dignidade-da-justica.aspx>
24. **Voto do relator (PDF)** <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/documentos/noticias/AREsp%203095458.pdf>
25. **Conjur** <https://conjur.com.br/2026-out-20/stj-multa-advogados-em-r-20-mil-por-uso-de-prompt-injection-em-peticao/>
26. **Migalhas** <https://www.migalhas.com.br/quentes/466908/1-turma-aplica-multa-a-advogados-em-caso-inedito-de-prompt-injection>
27. **STJ (reportagem de 18/10)** <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/paginas/comunicacao/noticias/2026/18102026-quando-a-inteligencia-artificial-vira-questao-de-justica-as-primeiras-decisoes-do-stj-sobre-o-uso-de-ia.aspx>
28. **GP1** <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2026/10/22/prefeitura-de-teresina-e-multada-apos-usar-ia-com-citacoes-juridicas-inventadas-634594.html>
29. **ConJur** <https://conjur.com.br/2026-out-21/se-a-vitima-pudesse-falar/>
30. **Corte de Apelação do Arizona (acórdão)** <https://coa1.azcourts.gov/Portals/1/OpinionFiles/Div1/2026/State%20v.%20Horcasitas%20-%201%20CA-CR%2025-0191%20-%20Opinion.pdf>
31. **Reuters** <https://www.reuters.com/legal/government/arizona-court-says-judge-wrongly-allowed-ai-generated-victim-video-2026-09-30/>
32. **Law Gazette** <https://www.lawgazette.co.uk/news/tell-clients-about-ai-use-solicitors-advised/5128278.article>
33. **Legal Futures** <https://www.legalfutures.co.uk/latest-news/law-society-you-may-sometimes-need-client-consent-to-use-ai>
34. **JCR (NCRA)** <https://www.thejcr.com/2026/10/20/sen-warnock-joins-bipartisan-push-to-examine-ai-in-courts/>
35. **Senado da Califórnia** <https://sd13.senate.ca.gov/news/press-release/october-20-2026/senator-becker-introduces-first-its-kind-legislation-to-make-ai>
36. **ProcessoCivileTelematico.it** <https://www.processociviletelematico.it/2026/10/19/decreto-legislativo-179-2026-ai-act-avvocati-formazione-equo-compenso/>
37. **The Decoder** <https://the-decoder.com/two-german-courts-now-hold-google-liaible-for-what-its-ai-overviews-say/>

38. **LHR Rechtsanwälte** <https://www.lhr-law.de/magazin/medienrecht-und-persoenlichkeitsrecht/google-ki-falschbehauptung-lg-aachen/>
39. **CBC News** <https://www.cbc.ca/news/business/anthropic-postmedia-torstar-globe-canadian-press-copyright-lawsuit-9.7387205>
40. **Straiker** <https://www.straiker.ai/blog/inside-carli0s-how-cybercartel-used-multiple-ai-models-to-attack-latin-american-banks>
41. **Axios** <https://www.axios.com/2026/10/22/ai-agents-banks-unauthorized-accounts-access>
42. **METR** <https://metr.org/blog/2026-10-22-red-teaming-openai-agent-monitoring/>
43. **Lefebvre Giuffrè** <https://shop.giuffre.it/026103388-master-legal-ai-competenze-strategie-e-strumenti-di-intelligenza-artificiale-per-il-business-legale>
44. **ConJur** <https://conjur.com.br/2026-out-21/evento-do-ibira-e-mackenzie-debatera-desafios-juridicos-da-ia/>
45. **ERA** <https://www.era.int/event/ai-and-public-accountability-regulating-risk-and-responsibility-in-the-eu/>
46. **CRL-OA** <https://crlisboa.org/wp/2026/10/sistemas-de-ia-legal-tech-aplicacoes-praticas-na-advocacia-4/>
47. **ESA OAB SP** <https://esaoabsp.edu.br/Curso/1/14040>
48. **ERA** <https://www.era.int/event/digital-contract-law/>
49. **SecNews** <https://secnews.co.uk/2026/10/cyber-security-resilience-bill-lords-amendments-24-hour-customer-alerts-ai-reporting/>
50. **Reuters (via Investing.com)** <https://www.investing.com/news/economy-news/analysisanthropic-ipo-stands-alone-as-ai-market-jitters-sideline-others-4966313>
51. **OpenAI** <https://openai.com/index/broad-access-through-consistent-standards/>
52. **Tesouro dos EUA** <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0667/>

Juslógica IA · Especial da Semana nº 01 · edição de 25/10/2026 · semana de 17 a 23 de outubro de 2026 · Curadoria de Darwin Corrêa (Advogado, OAB/RJ 112.989), @darwincorreia. Os números e afirmações são os das fontes citadas. O Editorial é texto de opinião da Juslógica IA. "Por que importa", "Tese", "Em síntese" e o ângulo jurídico são análise editorial e não constituem aconselhamento jurídico.